

diálogos

no espaço democrático



SEGURANÇA NAS CIDADES: SÓ POLÍCIAMENTO NÃO BASTA

Conversa com
MARCELO VIEIRA SALLES
Vereador em São Paulo,
ex-comandante geral
da Polícia Militar de SP





diálogos no espaço democrático são publicações do Espaço Democrático, a fundação para estudos e formação política do PSD



Para assistir ao vídeo,
aponte a câmera do celular
para este código

O IMPACTO QUE A BOA ORGANIZAÇÃO URBANA PODE TER NA SEGURANÇA PÚBLICA

Segurança pública não se resume a colocar policiais nas ruas. Exige uma articulação integrada, com a participação intensa do município em intervenções de prevenção primária. Quem defende a ideia é o ex-comandante geral da Polícia Militar do Estado de São Paulo, **Marcelo Vieira Salles**, coronel da reserva que em fevereiro de 2023 assumiu uma cadeira na Câmara Municipal de São Paulo pelo PSD. “Iluminação pública, zeladoria, ordem e silêncio urbano são meios que as prefeituras têm para contribuir com a segurança nas cidades”, disse ele em palestra e entrevista na reunião dos consultores e colaboradores da fundação *Espaço Democrático*, realizada em **setembro/2023**.

Aos 56 anos, Salles é um profundo conhecedor das singularidades da segurança pública municipal. Além de comandante-geral da PM paulista, foi subprefeito da Sé - região que cuida da zeladoria do centro histórico de São Paulo - antes de chegar ao legislativo paulistano, onde já se dedica ao tema. Mestre e doutor em Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública pela Academia de Polícia Militar do Barro Branco, bacharel em Direito pela Universidade Cruzeiro do Sul e formado em Política e Estratégia pela Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG), ele agregou ao currículo experiências executiva e legislativa.

Para o vereador, mais do que dar segurança à população, o poder público tem que dar a sensação de que a cidade é segura. “São Paulo tem menos homicídios por 100 mil habitantes do que algumas importantes cidades americanas, por exemplo Miami, Chicago e Nova York”, disse. “Mas a sensação de insegurança das pessoas, aqui, é maior que lá; este sentimento, em parte, se deve ao ambiente”.

Este caderno traz a íntegra daquele diálogo. Boa leitura.



Sérgio Rondino - Olá. Esta é mais uma reunião dos consultores e colaboradores do Espaço Democrático, que tem como convidado o coronel PM Marcelo Vieira Salles, vereador pelo PSD na cidade de São Paulo. O tema de hoje é a segurança pública nos municípios. Marcelo Vieira Salles é graduado, mestre e doutor em ciências policiais de segurança e ordem pública pela Academia de Polícia Militar do Barro Branco e também bacharel em Direito pela Universidade Cruzeiro do Sul. Ele foi comandante-geral da Polícia Militar do Estado de São Paulo e chefe de gabinete da Casa Militar, além de coordenador estadual adjunto de Defesa Civil. Mais recentemente, o coronel Salles foi subprefeito da Sé, na região central de São Paulo.

Coronel, seja bem-vindo ao Espaço Democrático.

Coronel Salles - Rondino, é uma alegria poder estar aqui na reunião deste grupo tão qualificado,

Sérgio Rondino - Eu lhe coloco esta questão inicial: qual o papel do legislador municipal na segurança pública da cidade? Porque a segurança é uma

questão que está preocupando sempre o cidadão paulistano. Como é que o legislador pode colaborar para combater esse problema?

Coronel Salles - Os entes federativos possuem missões. E a missão do município em especial é a prevenção primária, que tem um papel determinante na segurança pública. Estamos falando de iluminação pública, de zeladoria, de ordem, de silêncio urbano, de todas as ações com as quais o município pode contribuir para a vida em sociedade. As pessoas confundem segurança pública com polícia. Quando se fala de segurança pública, o inconsciente coletivo remete à figura da polícia ostensiva, da polícia fardada. Mas segurança pública vai além disso. Ela é uma soma de atribuições que não são apenas do Estado, como ente federativo. A União, quando combate o tráfico internacional de drogas, também está contribuindo para a segurança pública. No município, quando a gente propõe ações como a ocupação dos espaços públicos, quando a gente consegue fazer a ativação de locais que antes estavam abertos ao uso de drogas, como era a

HÁ UM DADO POUCO DIFUNDIDO: A CIDADE DE SÃO PAULO É, DAS 27 CAPITALS, A QUE TEM MENOS HOMICÍDIOS POR 100 MIL HABITANTES. E TEM MENOS HOMICÍDIOS QUE GRANDES CIDADES DOS ESTADOS UNIDOS, COMO MIAMI E NOVA YORK. MAS, APESAR DE TERMOS MELHORES INDICADORES COM RELAÇÃO A HOMICÍDIOS, NÓS NÃO SENTIMOS A TAL PERCEPÇÃO DE SEGURANÇA. TALVEZ PORQUE A GENTE TENHA UMA DEGRADAÇÃO DO AMBIENTE EM ALGUNS LOCAIS, EM ESPECIAL NO CENTRO VELHO.



praça Princesa Isabel, hoje Parque Princesa Isabel, quando aquelas pessoas são encaminhadas para tratamento, para a assistência social, quando prendemos traficantes e devolvemos um espaço público para a população, estamos promovendo segurança pública por meio de intervenções do município.

Há um dado pouco difundido: a cidade de São Paulo é, das 27 capitais, a que tem menos homicídios por 100 mil habitantes. E tem menos homicídios que grandes cidades dos Estados Unidos, como Miami e Nova York. Mas, apesar de termos melhores indicadores com relação a homicídios, nós não sentimos a tal percepção de segurança. Talvez porque a gente tenha uma degradação do ambiente em alguns locais, em especial no centro velho. Então, respondendo diretamente à sua pergunta, eu acho que a cidade de São Paulo tem a contribuir quando ela age para a prevenção primária ao colocar, por exemplo, a Guarda Municipal fazendo seu trabalho nas escolas, fazendo seu trabalho nas praças. Quando cria um botão chamado "alerta SP", que dá tranquilidade para os profissionais, professores e diretores da rede escolar em casos como o que tivemos, de atiradores nas escolas. O município tem uma estrutura gigantesca, e tem recursos que podem se somar à segurança pública. É fundamental.

Outro exemplo de ação foi a aprovação da Comissão Parlamentar de Inquérito dos furtos e fios e cabos. Eu sou o proponente e sou o relator dessa CPI. Esses furtos causam um problema gigantesco na segurança viária, nos semáforos, na iluminação, no funcionamento do comércio. Há hospitais que ficam sem energia elétrica, alunos do período noturno que ficam sem aula. Por isso nós propusemos a criação dessa CPI dos furtos de fios e cabos. Nós ouvimos, por exemplo, o subprefeito da Sé, coronel Álvaro Camilo, o subprefeito da Mooca, coronel Marcos Vinícius, ouvimos a CET. Vejam vocês: só de fios e cabos de cobre da CET, de janeiro a abril foram furtados 158 quilômetros. Essa é a distância de São



Paulo a Campos do Jordão. Nós estamos trazendo o Ministério Público para nos ajudar, e o DEIC da Polícia Civil. Por quê? Nós queremos chegar ao grande elo perverso dessa corrente, que é o receptor.

Para isso temos duas propostas legislativas que serão decorrentes dessa CPI dos furtos de fios. Uma é a proibição de abertura de novos comércios de reciclagem, de ferros velhos, na área do centro expandido. Por que isso? Porque a Prefeitura cassa o alvará de um ferro-velho e o sujeito abre outro com novo CNPJ no mesmo endereço. E a outra comporta que nós fecharemos será a possibilidade de a Prefeitura cassar, suspender por 90 dias o alvará de funcionamento daquele comércio que seja flagrado em atividade ilícita, de receptação, por exemplo.

Posso falar também da proposta que apresentei junto com a vereadora Ruth Costa, sobre a segurança escolar: a possibilidade de termos segurança privada nas escolas municipais. Alguém pode dizer:

“Ora, coronel, essa é uma atribuição da Guarda Civil Metropolitana”. Sim, se a Guarda tivesse os 18 mil homens e mulheres previstos no seu quadro. Mas hoje ela tem 7.500 homens e mulheres. Então a gente defende que a segurança privada possa também ajudar na segurança das nossas crianças.

Sérgio Rondino - O município contrataria?

Coronel Salles - Sim, o município contrataria. Nós defendemos isso. “Ah, mas tem a Ronda Escolar”. A ronda não é vigilância, é uma passagem, e a vigilância é permanente.

Outra proposta que nós fizemos é a da proibição de venda de bebidas em garrafas de vidro duas horas antes e uma hora depois dos jogos de futebol, no entorno dos estádios, até 200 metros. Por quê? Nós temos relatos de crianças que se ferem por garrafas arremessadas por torcedores. Tivemos uma

jovem torcedora do Palmeiras que recentemente faleceu por conta desse tipo de violência.

Defendo também uma presença maior da Prefeitura nos Conselhos Comunitários de Segurança. Quem ouve mais, erra menos. Quando você ouve a pessoa que mora, trabalha ou estuda naquele local, você tem a melhor informação.

Ao lado dos Consegs nós temos um outro programa, também da Polícia Militar de São Paulo, chamado **Vizinhança Solidária**. O que é? É a recriação da figura do vizinho. Eu vou à praia e conto isso para meu vizinho. Aí o vizinho vê um caminhão de mudanças na frente da minha casa carregando material e desconfia: “Ué... o Salles falou que ia viajar”. Pelo grupo de *WhatsApp* da rua - nós já temos 2.600 desses núcleos de comunicação no Estado de São Paulo - o vizinho me liga: “Salles, você não falou que ia viajar? Tem um caminhão de mudanças aqui em frente à sua casa”. Então, é ligar para a Polícia Militar e os ladrões são presos. Isso aconteceu bastante no Alto de Pinheiros, quando eu era comandante da Zona Oeste. É um programa que recria a figura do vizinho que ajuda. Quando eu assumi o Comando-Geral da PM, nós tínhamos 600 núcleos. Ao deixar o comando, havia 2.600 núcleos. Ou seja, ouvir, estar em relação com a comunidade, pois o capitão da companhia integra esses grupos de *WhatsApp*. Isso é interação com o poder público na veia, sem filtro, prestação de serviço.

Outro tema importante é o da Atividade Delegada. O que é? Foi criação do prefeito Gilberto Kassab, na época em que o comandante-geral da PM era o coronel Álvaro Camilo. Essa operação permitia que os policiais, nas horas de folga, pudessem atuar nos crimes de contrabando, comércio ilegal, que reverberam no que nós chamamos de prevenção adjacente. Então, você põe o policial na rua e inibe o crime. Onde há polícia, não há crime. E existe a diária especial de atividades complementares da Guarda Civil Municipal, que tem um modelo parecido: você

compra as horas de folga do guarda para aumentar o efetivo de prevenção nas ruas, de polícia ostensiva na rua. Nós defendemos o aumento desse valor para que a gente consiga ter uma adesão maior, já que essa atividade é voluntária. A Guarda Civil recebia menos que a PM nessa atividade delegada. Em uma intervenção nossa, no nosso mandato de vereador do PSD, conseguimos sensibilizar o governo para que todos recebam o mesmo valor.

Outra experiência da qual a gente pode falar com alguma propriedade, sem ufanismo ou vaidade, é com relação à contribuição que a zeladoria e a ocupação dos espaços públicos trazem para a cidade de São Paulo. A Subprefeitura Sé possui 174 praças e 1.105 ruas. A área dela vai da avenida Paulista até a avenida do Estado e a Marginal do Tietê, e da avenida do Estado até a avenida Pacaembu. É uma área de 26 km². Só que existem ali várias subprefeituras Sé: a da Praça da Sé, a de Higienópolis, a do Cambuci... uma com vocação residencial, a outra mista, a outra da Barra Funda, com aqueles grandes armazéns ainda muito vinculados aos trilhos da ferrovia. E o que nós fizemos? Sem licitação, somente com equipe própria, sem contratar equipes novas, nós recuperamos 50 praças, em especial aquelas que estavam mais depauperadas. E o que nós sentimos nesse contato com os munícipes? A autoestima se elevou. Nós tivemos uma parceria muito boa com o Banco Itaú, que colocou em 12 praças aqueles escorregadores, aquelas casinhas de Tarzan. Isso trouxe as crianças do Cambuci, da Barra Funda, de volta para as praças. Isso deu uma sensação de pertencimento e uma sensação de ocupação dos espaços públicos. E por conseguinte, uma percepção da segurança pública.

Sérgio Rondino - Antes das perguntas dos consultores e colaboradores do Espaço Democrático, quero citar os que participam desde diálogo: **Tulio Kahn**, sociólogo especialista na área de segurança

pública; **João Franciso Aprá**, superintendente da Fundação Espaço Democrático; **Roberto Macedo**, economista; o cientista político **Rogério Schmitt**; a senadora suplente **Ivani Boscolo**; o cientista político **Rubens Figueiredo**; o economista **Luiz Alberto Machado** e o jornalista **Eduardo Mattos**. O professor Roberto Macedo pediu para fazer a primeira pergunta.

Roberto Macedo - Sou ligado à Associação Comercial de São Paulo e queria saber se estão funcionando bem os conselhos locais de comércio, se têm alguma relação com a Associação Comercial.

Coronel Salles - É uma relação umbilical, professor. Eu, quando assumi como vereador, pedi ao presidente da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil, Alfredo Cotait Neto, e ao presidente da Associação Comercial de São Paulo, Roberto Ordine, que indicassem alguém da Associação Comercial para que fosse nomeado no meu gabinete. Alguém da Associação Comercial que pudesse falar por esse segmento, que representa 600 mil empregos diretos e 2,4 milhões de empregos indiretos. Estamos falando de 3 milhões de pessoas e empregos, numa cidade de 12 milhões de habitantes. E os presidentes me indicaram o Leonardo Ramos como assessor para o nosso gabinete, para eu ter lá o olhar do comércio. O que a agricultura representa para o governo federal, o comércio representa para a cidade de São Paulo. E eu fui muito feliz.

E qual é essa ideia do conselho local do comércio? Nós temos 32 subprefeituras. Então, conseguimos emplacar no artigo 116 da revisão do PDE - Plano Diretor Estratégico - o Conselho Local de Comércio. Cada subprefeitura terá o seu conselho local de comércio para que ele seja a voz desse segmento tão importante na cidade de São Paulo. A Subprefeitura de Itaquera, por exemplo, tem um

“CONSEGUIMOS EMPLACAR NO ARTIGO 116 DA REVISÃO DO PDE - PLANO DIRETOR ESTRATÉGICO - O CONSELHO LOCAL DE COMÉRCIO. CADA SUBPREFEITURA TERÁ O SEU CONSELHO LOCAL DE COMÉRCIO, PARA QUE ELE SEJA A VOZ DESSE SEGMENTO TÃO IMPORTANTE NA CIDADE DE SÃO PAULO”



comércio local muito pujante e o Conselho Local lá será presidido pelo subprefeito. O decreto regulamentador está sendo feito na Casa Civil do governo municipal de São Paulo, e o objetivo é que o comerciante local tenha vez e tenha voz. Em todas as ações urbanísticas o Conselho Local de Comércio deverá, pela lei, ser consultado.

Por exemplo, calçadas. Nós temos o péssimo hábito de pessoas que têm uns *insights* traduzirem esses *insights* em providências sem um estudo, sem cenários prospectivos, sem olhar ações anteriores. E aí resolvem colocar um porcelanato numa calçada, num *boulevard*. Enquanto a Sabesp ou uma empresa de telecom não arrebentar aquele piso, está muito bonito. E a experiência diz que isso ocorre. Então, o Conselho Local do Comércio vai poder opinar e falar: “Não, queremos uma calçada reta, acessível, mas de cimento vassourado, concreto escovado”, como eu vi lá em Mendoza, na Argentina. Achei maravilhoso. Mesmo em uma cri-

se econômica gigantesca eles padronizaram as calçadas na cidade. O Conselho vai poder opinar, por exemplo, nas ações do final do ano. “Ah, vou fazer uma árvore de Natal”. Onde? Onde o subprefeito quer ou onde ela vai atrair mais pessoas e beneficiar o comércio? O objetivo é que o subprefeito, uma vez por mês, se reúna com os comerciantes na subprefeitura porque ele é o presidente do Conselho. Por exemplo, se houver uma ação de calçada em que o comércio não seja consultado, o Conselho pode ir ao fórum ali da região e embargar aquela obra porque a lei diz que o Conselho Local do Comércio tem que ser consultado. E a Associação Comercial é a grande responsável por essa ideia.

João Franciso Aprá - Levando em conta aquele incidente da morte de uma torcedora do Palmeiras por uma garrafa de vidro jogada por outra torcida, caso que foi desvendado com a ajuda de câmeras, minha pergunta é: quantas câmeras temos nas ruas de São Paulo? O prefeito de Ourinhos, que também é nosso colega no PSD, aumentou incrivelmente a quantidade de câmeras na cidade. Também o Felício Ramuth, quando prefeito de São José dos Campos. Para São Paulo, essa não seria uma das alternativas?

Coronel Salles - A grande alternativa para a segurança pública é a prevenção, é se antecipar ao crime, aliando as ações de polícia ostensiva ou judiciária com a tecnologia. E as câmeras são um dos recursos. E a integração com outros sistemas, como o Detecta, a “muralha paulista” que criaram agora. Então é fundamental que você consiga aliar uma estrutura de tecnologia à disposição dos órgãos públicos. A Prefeitura de São Paulo tem um projeto muito interessante chamado Smart Sampa, baseado nas Smart Cities, para que consiga ter controle das ações no município... trânsito, zeladoria e segurança pública. Vou dar um exemplo: é

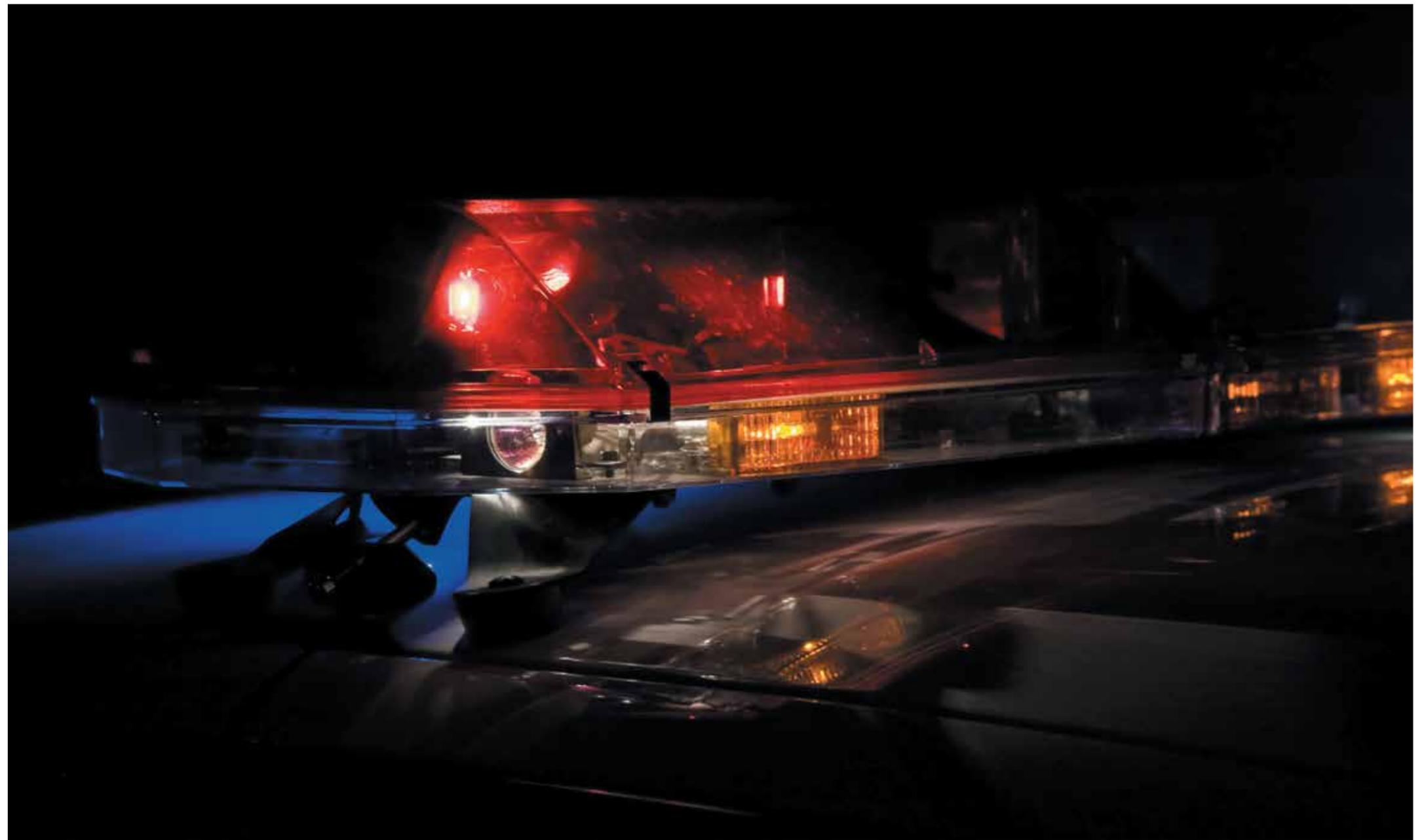
possível controlar o contrato de uma empresa de varrição através dessas câmeras. Quantas vezes a empresa tem que varrer? A rua Direita precisa ser varrida oito vezes por dia. A empresa passou lá oito vezes? Não passou... então...

Estão previstas 20 mil câmeras num grande *hub* integrador aqui no Centro de São Paulo. Será um divisor de águas na segurança pública.

Rubens Figueiredo - O senhor tem uma experiência única. Além de uma formação acadêmica bem sólida, o senhor foi do executivo no Estado de São Paulo, como comandante da Polícia Militar. Foi do Executivo municipal como subprefeito, e hoje é do Legislativo municipal. Como o senhor vê a articulação na área de segurança entre o governo do Estado e a Prefeitura?

Luiz Alberto Machado - Só agregando a essa pergunta: há um projeto de transferência do centro administrativo estadual para o Centro. Essa integração é absolutamente fundamental?

Coronel Salles - Fundamental. Existe uma integração muito boa. Pode ser melhor. Os momentos de crise são ensinamentos amargos. A Covid foi uma demonstração clara de que, quando se interage e se unem estruturas, há um trabalho colaborativo e se consegue avançar mais. Hoje nós temos uma relação muito boa com a Secretaria de Segurança e vice-versa, muito porque o governador Tarcísio teve uma relação muito boa com o prefeito Ricardo Nunes e com o secretário Gilberto Kassab, que é secretário de Governo do Estado. Isso tudo facilita, esses atores tornam o ambiente mais fácil e mais colaborativo. Mas eu entendo que pode ser melhor. No passado não muito distante nós tínhamos problemas muito sérios da Guarda Civil com a Polícia Militar, sob o manto da defesa institucional, de você achar “ah,



essa é atribuição minha, essa é do outro”. Isso é uma premissa falsa, porque não há interesse público. Nós temos que pensar na supremacia do interesse público. Quando se coloca o interesse público acima de interesses institucionais, defesas corporativas, o cidadão ganha.

Então, eu acho que existe, sim, uma grande colaboração, mas poderia ser melhor. Cursos comuns,

em especial na prestação de serviço público, integração de sistemas... como comandante-geral eu tive a oportunidade de experimentar essa atuação colaborativa. Nós criamos o *SOS Mulher*. O que é? Um aplicativo para iOS e para Android em que houve um trabalho de cooperação da Polícia Militar do Estado de São Paulo, ou seja, do governo do Estado de São Paulo, com o Tribunal de Justiça do Estado de

São Paulo. Todas as mulheres, crianças, idosos, com medidas protetivas expedidas pela Justiça, podem preencher um formulário nesse aplicativo criado pela Polícia Militar. Há estrutura nos 645 municípios paulistas e recursos. Então, eu, como comandante geral, e o presidente do TJ fizemos o *SOS Mulher*. Um aplicativo parecido com um PIX em *blockchain*, fechado, ou seja, outras pessoas não têm acesso.

A mulher sai da audiência, o juiz fala: “Seu ex-marido não pode se aproximar a menos de 300 metros de você. A Polícia Militar tem o SOS Mulher, a senhora pode utilizar”. Aí ela faz o cadastramento e baixa o aplicativo. Se o camarada bebe umas e outras, vai no portão e grita “olha, quero ver meu filho, quero ver minha filha”, a mulher ou a criança ou o idoso apertam o aplicativo direto para o 190 da PM. Cai direto no operador, aquele que despacha a viatura. Então, quebra toda a árvore de decisão e cai direto no operador. E o operador - o sistema é georreferenciado - imediatamente manda a viatura mais próxima para lá. Aliado a isso, todos os nossos celulares têm um microfone. Esse microfone passa a gravar no Copom o áudio da ligação que a pessoa fez, ou seja, eu produzo provas da quebra da medida protetiva para o juiz. Nós já tivemos 34 mil atendimentos e 134 agressores presos.

Nós colocamos *SOS Mulher*, que é o nome fantasia, porque a maior parte das pessoas são mulheres. Mas o sistema é para todas as pessoas que possuam medidas protetivas expedidas pela Justiça. E um detalhe, Rubens: sabe quanto custou isso? Nada. Apenas a boa vontade de dois capitães, uma tenente e um sargento, porque nós temos a nossa fábrica de *software* na PM. E com eles dá para fazer muita coisa. Nós temos tanta gente capacitada e mal aproveitada. Então, esse é o exemplo clássico de cooperação, que é serviço público de qualidade realizado por órgãos públicos.

Tulio Kahn - Vou pegar essa última questão da colaboração entre os entes federativos. Eu lembro que durante um tempo funcionava o GGI - Gabinete de Gestão Integrada - não sei se o senhor lembra. Gestão integrada, e aí sentavam lá as secretarias de segurança estadual, municipal, Ministério Público, Exército, outras secretarias, Estado com município e tal. E faziam diagnósticos da situação, cobravam resultados. Esse é um tipo de gestão que funciona, mas es-



sas coisas não estão institucionalizadas, parece que tudo depende um pouco de quem é o gestor. Eles não se reúnem mais, que eu saiba. E mesmo as reuniões em nível de secretaria parece que deixaram de ser feitas. Então, eu pergunto se o Legislativo municipal teria alguma maneira de influenciar para que essa estrutura seja continuada, não possa ser simplesmente abandonada por mudanças do gestor do dia.

Coronel Salles - O senhor nos ensinou lá que você não administra o que você não mede. Acho isso fundamental. Eu sou um fã do aprimoramento, mas sou inimigo das rupturas. Vou dar um exemplo: o senhor conviveu conosco lá muito tempo. A Polícia Militar é uma instituição militar piramidal, onde a antiguidade é festejada, respeitada, instituição fundamentada na hierarquia e na disciplina, nessa

ordem. Dos 64 coronéis do meu tempo, eu era o 33º coronel mais antigo. Quando fui nomeado comandante-geral, uma das primeiras providências que tomei foi pedir para os mais antigos ficarem. Fui falar até com coronéis que já tinham se despedido de sua tropa, fui lá e disse: “Reúna seus oficiais que eu vou pedir na frente deles que você fique, porque a gente precisa”. E por quê? Porque hoje a cidade de

São Paulo é pujante graças aos nossos antecessores. O oriental é muito grato à sua ancestralidade. Acho que é um problema cultural. Então, respondo assim a essa pergunta do senhor: eu sou totalmente avesso a rupturas, eu acho que quem ouve mais, erra menos, e as experiências exitosas devem ser mantidas ou copiadas.

Eu tive oportunidade, quando no comando-geral da PM, de enviar 202 oficiais e sargentos para o exterior, naquilo que nós chamamos de polícia comparada. Há uma experiência exitosa na China? Vamos lá ver o que eles estão fazendo. Vamos à Áustria, a Nova York, a Chicago... E São Paulo colhe os frutos. Eu falo isso sem medo de errar: nós colhemos até hoje essa redução dos homicídios porque nós começamos a medir, nós fizemos a coincidência das áreas do distrito com as áreas das companhias, nós estabelecemos metas. E na hora que acende a luz amarela, você chama o capitão, você chama o delegado, e fala assim: "Olha, onde eu posso te ajudar?". Então, eu acho que é respeitar o legado, trazer experiências exitosas, experiências comparadas do exterior, de outros Estados da federação.

Ivani Boscolo - Coronel Salles, eu quero parabenizar não você, mas a cidade de São Paulo





por ter agora um vereador do seu gabarito, com as suas ideias e a sua experiência. É a cidade que tem de ser cumprimentada. Você falou da Vizinhança Solidária, eu moro no bairro Alto de Pinheiros e lá nós temos isso. E acho que a...

Coronel Salles - Foi lá que começou.

Ivani Boscolo - Exatamente. Esse sistema é realmente uma demonstração de que o cidadão também tem que participar da prevenção, né? E ajudar seu vizinho na hora de necessidade. Mas minha pergunta é sobre outro assunto: o que o senhor tem para nos contar sobre a sua experiência na transformação da praça Princesa Isabel em Parque Princesa Isabel.

Coronel Salles - Eu acompanhei todas as ações na chamada Cracolândia, ali na região central. Eu me levantava às 3 horas da manhã e às 4 horas eu chegava lá junto com a Polícia Civil, a Polícia Militar e a Guarda Municipal. Ali foram feitas ações em quatro eixos: prender traficantes, cuidar da saúde daque-

las pessoas, acolher aquelas pessoas e a reinserção delas no mercado de trabalho. A Organização Mundial de Saúde defende como doença adquirida a dependência química, e é. Eles são doentes. E às vezes, face terrível da nossa sociedade, a gente vê pessoas com formação acadêmica defendendo que eles sejam jogados ao mar. Isso é um problema da cidade e nós estamos aqui para resolver problemas. Administrador público que tem raiva de problemas e não gosta de ouvir pessoas, vá fazer outra coisa, porque está na profissão errada. Tem que gostar de gente, gostar de ouvir.

Então, essas são as premissas para a gente fazer essa mudança lá naquela área. Assistência social, acolher aquelas pessoas. Por quê? Quase 50% daquela população é de egressos do sistema prisional, perderam vínculos com familiares, perderam noção de sociabilidade. E para contribuir com a reinserção nós criamos, na Câmara Municipal, a Frente Parlamentar Pela Vida contra as Drogas, justamente para falar sobre isso. Como se reinsere uma pessoa de maneira lúdica? Vamos tratar com a Secretaria de Cultura. De maneira laboral? Vamos falar com a Se-

ADMINISTRADOR PÚBLICO QUE TEM RAIVA DE PROBLEMAS E NÃO GOSTA DE OUVIR PESSOAS, VÁ FAZER OUTRA COISA, PORQUE ESTÁ NA PROFISSÃO ERRADA. TEM QUE GOSTAR DE GENTE, GOSTAR DE OUVIR.

cretaria do Trabalho. Então, é um negócio transversal a várias áreas do conhecimento e várias áreas da administração pública.

Sobre a praça, a gente conseguiu transformar em parque, fechar, podar todas as árvores, recuperar a cobertura vegetal, assentar piso com aqueles bloquetes, que são drenáveis. E o melhor presente que eu tive foi quando... Eu ia andar todo dia lá. Todo dia. Aí uma senhora se aproximou de mim e disse: "O senhor é o seu Salles? Essa aqui é minha neta, ela tem 4 anos, mora comigo e com a minha filha. É a primeira vez que ela vem à praça Princesa Isabel, porque desde que ela nasceu a praça era ocupada por dependentes". Então, conseguimos salvar a praça, junto com o Legislativo, junto com o prefeito, com recursos públicos, e com muito entusiasmo.

Rogério Schmitt - A minha pergunta é mais uma curiosidade sobre sua passagem pelo Legislativo: como é a convivência entre os vereadores do PSD na Câmara Municipal, como é esse trabalho? Vocês atuam em conjunto?

Coronel Salles - Estou empolgadíssimo. Eu acho que o que nos difere é a possibilidade de conversar com qualquer ator político ou partido, seja à esquerda como o PSol, o PT, o PC do B e o PSB, sejam os partidos de matiz mais conservadora, como o PL agora. E a minha relação com os nossos colegas do PSD, os vereadores Edir Salles e Rodrigo Goulart, é espetacular, são meus professores. A Edir é presidente de uma das três comissões de que eu participo, que são a CPI do furto de fios e cabos, a Comissão de Educação, Esporte e Cultura, e a Comissão de Segurança Pública. O Rodrigo é um amigo querido, me orientou muito. E com os outros vereadores eu me dou muito bem.

Tivemos um problema muito sério, uma votação muito pesada na semana passada, que foi a da cassação do vereador Camilo Cristófar. De 52 vere-

dores, 47 cassaram e 5 se abstiveram. Eu fui um desses cinco, por conta desse perfil do nosso partido, eu achei que o remédio era muito amargo. Como oficial da Polícia Militar eu opino em processos e procedimentos administrativos desde 1990. Sem querer achar que sou melhor, eu acho que não existem muitas pessoas com a experiência em julgar que nós temos. Eu tenho horror a extremismos. Então, eu acho que o caminho do centro é mais palatável, ele te permite outras ligações, você consegue apoio. Eu me relaciono muito bem com todos os vereadores, respeito posições que não são as minhas, e acho que a convivência é fundamental. Em nome da convivência, em nome do interesse público, eu vou precisar do voto dele também. Às vezes, daquele da oposição. Mas se eu conseguir construir...

Então, com apoio de outros vereadores nós instituímos o Conselho Local do Comércio, tivemos o plano municipal de segurança aprovado, criamos a CPI... e agora tenho um projeto do qual me orgulho muito, que é o programa Servidor Amigo do Autista. Eu sou da segurança pública, mas sou vereador da cidade, administrador público, por isso fizemos uma proposta legislativa de habilitar todos os 300 mil servidores da Prefeitura - concursados, nomeados e terceirizados - para entender o que é o TEA (Transtorno do Espectro Autista), o que fazer e o que não fazer. Mas o que vem subjacente a isso? Prestação de serviço público. Melhorar o padrão e a qualificação do servidor público... porque eu falava isso na Polícia Militar. Eu disse numa palestra

na Academia do Barro Branco, falando para 600 cadetes que estavam em forma: "Tudo isso aqui, essa academia bonita, esse microfone, esse uniforme francês que nós usamos, só tem uma finalidade: prestação de serviço público. Só". O resto é tudo decorrente. E quando os outros parlamentares identificam na gente essa noção, aceitam. Às vezes, num projeto, vem um colega: "Pô, Salles, você votou com o PSOL?" Digo: "Votei, é um belo projeto". É a supremacia do interesse público. Isso nos permite conversar com todo mundo. O nosso presidente Gilberto Kassab é um caso exemplar disso. Temos exemplos no nosso partido de temperança, de equilíbrio, às vezes a gente sai do tom quando alguma coisa nos aperta. Mas o caminho da convergência, da conversa, é o que nos move.

João Francisco Aprá - Eu quero te parabenizar por tantas ações importantes que você trouxe da sua vida profissional para a nossa vida cotidiana. Eu te vi como pré-candidato, depois no processo eleitoral, como suplente esperando a vaga, e agora como vereador, comprovando como é importante a escolha de bons candidatos.

Coronel Salles - Uma das características do Aprá é a generosidade. Obrigado.

Sérgio Rondino - Coronel, nós é que agradecemos por sua gentileza de comparecer a essa reunião do Espaço Democrático.



<p>Presidente Alfredo Cotait Neto</p> <p>Coordenador Nacional de Formação Política Raimundo Colombo</p> <p>Coordenador Nacional de Relações Institucionais Vilmar Rocha</p> <p>Secretária Ivani Boscolo</p> <p>Diretor Superintendente João Francisco Aprá</p>	<p>Conselho Consultivo</p> <p>Presidente Guilherme Afif Domingos</p> <p>Conselheiros Alda Marco Antonio André de Paula Cláudio Lembo Omar Aziz Otto Alencar Rafael Greca Ricardo Patah</p>	<p>Conselho Superior de Orientação</p> <p>Presidente Gilberto Kassab</p> <p>Conselheiros Antonio Brito Belivaldo Chagas Carlos Massa Ratinho Junior Eduardo Braide Eduardo Paes Fuad Noman Guilherme Campos Letícia Boll Vargas Rodrigo Pacheco Samuel Hanan Topazio Silveira Neto</p>
---	---	---



www.espacodemocratico.org.br